

## **PROPOSTA DE UMA NOVA ESTRUTURA FÍSICA DA UNIDADE ACOLHEDORA DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL CRÊ-SER DE JOÃO MONLEVADE**

## **PROPOSAL FOR A NEW PHYSICAL STRUCTURE OF THE HOSTING UNIT OF THE MUNICIPAL FOUNDATION BELIEVE TO BE JOÃO MONLEVADE**

**Sabrina Xavier Carneiro<sup>1</sup>**

**Adilson Assis Cruz Júnior<sup>2</sup>**

### **Resumo**

Este artigo tem por objetivo propor uma nova estrutura física ao espaço que compreende a Unidade de Acolhimento da Fundação Crê-ser na cidade de João Monlevade em Minas Gerais, sendo esse um trabalho de interesse social. Para tanto, foram consideradas diversas condicionantes que revelaram a deficiência da atual estrutura física da sede, bem como o aparato legal que sustenta a organização da instituição. Desse modo, uma pesquisa qualitativa foi realizada junto aos funcionários, a fim de comprovar a necessidade de se propor uma reforma de ordem estrutural nos diversos ambientes da unidade acolhedora. Nesse sentido, os dados coletados serviram para fundamentar a proposta de um projeto que possa criar um novo espaço, capaz de garantir a funcionalidade e o amparo aos internos, conforme prevê a legislação. Tais informações revelaram alguns pontos da edificação com a falta de infraestrutura, passando a ser fundamental a elaboração de uma nova organização, embasada no projeto arquitetural.

**Palavras-chave:** Espaço. Projeto Arquitetural. Interesse social.

### **Abstract**

This article aims to propose a new physical structure in the space that comprises the Reception Unit of the Crê-ser Foundation in the city of João Monlevade in Minas Gerais, this work being of social interest. For that, several conditions were considered that revealed the deficiency of the current physical structure of the headquarters, as well as the legal apparatus that sustains the organization of the institution. Thus, a qualitative research was carried out with the employees, in order to prove the need to propose a structural reform in the various environments of the welcoming unit. In this sense, the data collected served to support the proposal for a project that could create a new space, capable of guaranteeing functionality and support for inmates, as provided for in the legislation. Such information revealed a total lack of infrastructure, making the elaboration of a new structure, based on the architectural project, essential.

**Keywords:** Space. Architectural. Project. Social interest.

---

<sup>1</sup> Sabrina Xavier Carneiro, discente do 9º período do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Doctum de João Monlevade, aluno.sabrina.carneiro@doctum.edu.br.

<sup>2</sup> Orientador, Professor Mestre, Adilson Cruz do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Doctum de João Monlevade, prof.adilson.junior@doctum.edu.br.

## 1. Introdução

O presente trabalho tem por finalidade fundamentar a proposta de uma nova estrutura para a Unidade de Acolhimento da Fundação Crê-ser de João Monlevade, Minas Gerais. Desse modo, a realização deste projeto, tem a finalidade de conceber uma arquitetura que permita abrigar crianças e jovens de forma a favorecer o desenvolvimento pessoal e social de cada uma delas. Tal proposta pretende contribuir para a minimização das mazelas provocadas pela negligência de pais e de responsáveis ou pelo abandono social vivenciado por esses usuários.

Nessa perspectiva, a instituição procura oferecer serviços e programas sociais, sem tratar os internos como meros abandonados, presos ou excluídos, mas como cidadãos de direito. Para tanto, o centro de acolhimento promove ações capazes de contribuir para a construção de um ambiente saudável, fazendo com que crianças e jovens participem das atividades e se sintam inseridos de forma positiva no acolhimento.

Nesse contexto, as questões de abandono ou violência familiar estão presentes no cotidiano de muitas famílias brasileiras, sobretudo, daquelas que vivem em situação de vulnerabilidade social. Nesse viés, entende-se que tal negligência é um problema que aflige e atinge grupos familiares em todas as regiões do país em razão da desigualdade social.

Em complemento a essa lacuna, algumas instituições assumem o compromisso de cuidar e propor novos rumos para minimizar as mazelas e os maus tratos vivenciados por esses indivíduos. Nesse contexto, quando não é possível a promoção e a efetividade da convivência familiar, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA prevê que se tomem medidas, determinadas judicialmente para mitigar ou extinguir a ausência das relações familiares.

Assim, esse projeto se justifica, uma vez que uma nova estrutura possibilitará um acolhimento que respeite, ressignifique e exerça a função de amparo familiar a crianças e jovens. Nessa ótica entende-se que esses indivíduos estiveram sob a tutela de pais ausentes e por essa razão demandam um ambiente saudável, harmônico e equilibrado. Além disso, o sofrimento experimentado por eles permitiu que a justiça apoiasse a intervenção na família, encaminhando-os para uma unidade acolhedora.

Diante disso, essa proposta contemplará espaços amplos, funcionais, assistenciais, receptivos e agradáveis para unidade acolhedora. Para tanto, tem como premissa qualificar e impactar a arquitetura dos ambientes. Dessa forma, pretende-se devolver qualidade de vida às crianças e aos jovens assistidos, além de melhorar as condições de trabalho de todos os funcionários.

Por fim, elaborou-se um quadro de necessidades que será o norteador das futuras iniciativas. Tal ferramenta tem o propósito de facilitar a criação e a elaboração de uma proposta mais profícua, que apresente as devidas percepções e aplicações que deverão ser impostas ao ambiente. Nesse sentido, deverá considerar as respectivas políticas de atendimento afetivo e social a que se destinam.

### **1.1 Tema**

O tema proposto contemplará a arquitetura para ambientes, como contribuição social a ser evidenciada em uma unidade de acolhimento de crianças e de adolescentes, Tal projeto deverá levar em consideração o espaço para promoção das atividades de acolhimento e de assistência social.

Dessa forma, é importante considerar a unidade acolhedora como política pública, capaz de oferecer um espaço que agregue o conjunto de áreas que evidencie por meio da arquitetura sua funcionalidade. Tais ambientes deverão possibilitar o acesso aos dormitórios, às áreas de estudos, de alimentação, de cuidado, de psicologia e de convívio social.

### **1.2. Justificativa**

As questões de abandono e/ou violência familiar, no Brasil, são crescentes e estão cada dia, mais presentes no cotidiano de diversas famílias. Nessa perspectiva, medidas para conter a escala dos maus tratos, tanto a crianças, quanto aos adolescentes tornam-se fundamentais para a proteção desses indivíduos e para manutenção do estado de bem-estar social.

Desse modo, quando não há o cumprimento das atitudes e das ações de responsabilidade dos pais, o Estado brasileiro, através do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA garante a segurança e a proteção desses grupos. Tais premissas também estão previstas no artigo 227, da Constituição Federal de 1988,

no qual prevê que a família, a sociedade e o Estado devem se manter imbuídos na condução de ações socioeducativas de convivência familiar e comunitária.

Diante do exposto, de acordo com o ECA, medidas determinadas judicialmente devem ser tomadas, a fim de minimizar a ausência das relações de família, enquanto formadora do indivíduo. Assim, a criança e/ou adolescente, por determinação do Juizado, por meio de medidas protetivas e de garantias socioafetivas, devem ser encaminhados a um abrigo, que garanta o que na família não esteja sendo possível.

Portanto, a escolha da temática da arquitetura, dentro dos atributos de criação de espaço arquitetônico, se justifica, tendo em vista sua contribuição social. Além disso, esse artigo é de grande valia, em virtude de poder desenvolver um projeto, a ser empregado, conforme os ideais utilizados na arquitetura socioeducativa, a um ambiente de convivência para o atendimento da política de assistência social.

### **1.3. Objetivos**

Uma vez que esse artigo pode ser considerado de interesse social, este trabalho possibilitou um estudo mais detalhado, acerca de uma nova forma de evidenciar a arquitetura com a finalidade de contribuição social. A partir dos estudos e do cenário atual da instituição, propõe-se um novo projeto capaz de contemplar espaços amplos, funcionais, assistenciais e acolhedores para Unidade Acolhedora Crê- Ser.

Desse modo, para nortear toda a exploração, a pesquisa apresentou os seguintes objetivos: o entendimento da lei que ampara a instituição, para que ocorra a ressocialização de jovens, a compreensão do trabalho social proporcionado pela unidade, a análise dos dados pesquisados e o desenvolvimento dos espaços, os quais propiciarão a realização das práticas de acolhimento. Assim, espera-se que esse artigo seja capaz de propor uma mudança significativa na vida dos usuários do ambiente denominado casa de acolhimento.

### **1.4. Procedimento Metodológico**

Quanto ao trabalho de pesquisa, esse será realizado a partir do desenvolvimento de estudos relevantes sobre o tema, que serão utilizados no referencial teórico. Tais conteúdos serão usados como base para elaboração final de um projeto de implantação de uma nova estrutura arquitetônica física para a referida casa.

Com o intuito de fundamentar esse trabalho, o desenvolvimento desse artigo se dará por pesquisa qualitativa e exploratória. Essa investigação será baseada nas teses contidas em outros artigos científicos, em monografias, em revistas e em documentos disponíveis na rede de informação e/ou nas bibliotecas de instituições educacionais de ensino superior.

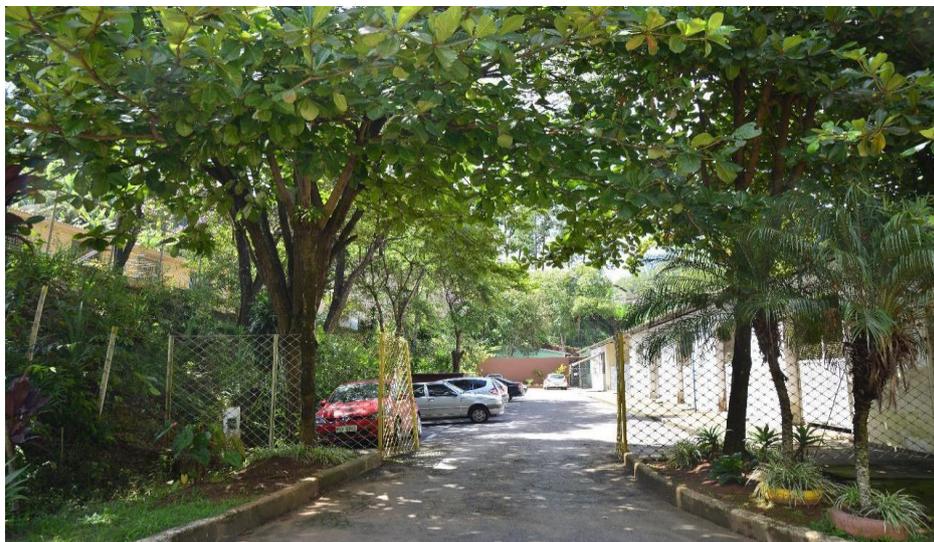
## **2. DESENVOLVIMENTO**

Em consonância com Rocha e Moreira (2017), as estruturas físicas de uma instituição de acolhimento precisam trazer em sua apresentação a ideia de que o espaço arquitetônico é uma alternativa para promover, além de um ambiente saudável, o desenvolvimento dos indivíduos que ali habitam. Desse modo, a harmonia e a distribuição das áreas de forma organizada serão capazes de devolver aos moradores a autonomia tanto nos seus aspectos sociais, quanto psíquicos.

### **2.1. Caracterização da instituição**

Localizada à Rua Palmas 241, no Bairro Baú, em João Monlevade, a Unidade Acolhedora da Fundação Crê-ser abriga crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social, encaminhadas pelo Poder Judiciário e pelo Conselho Tutelar. Destarte, a instituição é mantida pela prefeitura do município, com o intuito de amparar e reinserir na sociedade indivíduos na condição de orfandade, em situação de rua ou abandonados pelos pais e/ou tutores, bem como aqueles afastados da família por determinação judicial.

**Figura 01: Vista Frontal da Fundação Crê-Ser - João Monlevade/MG**



Fonte: Visita Técnica do Projeto (2021) – Elaborada pelo autor.

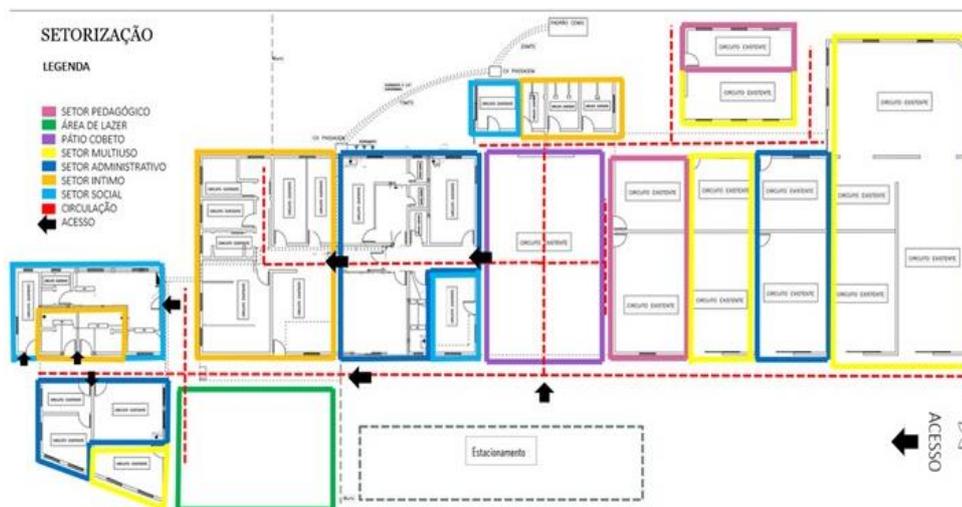
**Figura 02: Vista por Satélite da Unidade Acolhedora**



Fonte: Google Earth Pro -26/06/2021.

Assim, são oferecidos programas sociais de apoio e incentivo no âmbito educacional e psicológico, com vistas a promover a inserção socioeducativa desse grupo. O levantamento visto por satélite permite avaliar o entorno de todo o terreno. A partir da análise da imagem, é possível definir diretrizes para elaboração de um projeto que não cause impactos negativos nas adjacências. Nesse sentido, cabe ressaltar que a unidade acolhedora não possui nenhuma identificação, como determina o ECA, e está inserida em um bairro residencial.

**Figura 03: Planta baixa setorizada da Unidade Acolhedora da Fundação Crê-Ser**



Fonte: Arquivo da Unidade Acolhedora da Fundação Crê-Ser - Acervo Municipal PMJM.

Atualmente, a sede conta uma área interna composta por uma cozinha, um refeitório, um lactário, um berçário com banheiro interno, quatro quartos, um banheiro social e três quartos para pessoas com necessidades especiais. O espaço externo é formado por uma área de lazer, uma horta, uma lavanderia, um banheiro social, uma sala destinada ao armazenamento de materiais, uma sala para a equipe técnica, outra para a coordenação, uma brinquedoteca e um consultório médico.

**Figura 04: Vista Parcial da Fundação Crê-Ser - João Monlevade/MG**



Fonte: Visita Técnica do Projeto (2021) – Elaborada pelo autor.

Paralelamente, faz-se necessário destacar que a unidade funciona 24 horas por dia, o que demanda um número de funcionários bastante extenso, considerando a necessidade das folgas. Dessa maneira, o quadro operacional conta com 15 auxiliares de puericultura, que trabalham em revezamento de turnos, além de outras 5 pessoas que são auxiliares de serviços gerais, que realizam tarefas na limpeza, na lavanderia e na cozinha. Além desses profissionais, cabe ainda pontuar a presença da equipe técnica, formada por uma coordenadora, uma monitora de creche, uma psicóloga e uma assistente social.

## **2.2. O Aparato legal**

No Brasil, a regência de ações e o controle das instituições socioeducativas que abrigam jovens e crianças tem seu amparo dentro da Lei nº 8.069, criada, em 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Além disso, segundo a Constituição Federal de 1988, a família, a sociedade e o Estado são os

responsáveis pela formação e condução de ações socioeducativas dos indivíduos, conforme dispõe o artigo 227.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010). (BRASIL, 2010)

Assim, a referida lei dispõe de como deverão ser aplicadas a proteção integral, à assistência e à vigilância socioassistencial a menores de 18 anos em situação irregular, de abandono social e de violência familiar. Nesse contexto, são consideradas situações irregulares, as vítimas de maus-tratos, os indivíduos em perigo moral, os desassistidos juridicamente, os negligenciados pelo desvio de conduta de seus responsáveis consanguíneos ou seus tutores. Outrossim, o ECA descreve como deve ser o ambiente de guarda e de permanência da criança e do adolescente, sendo fundamental preservar o cuidado na forma de assisti-los e reinseri-los na sociedade adequadamente, resguardando seus direitos sociais. (BRASIL, 2014).

Além do Eca, cabe ressaltar a importância das Orientações Técnicas do MDS Ministério do Desenvolvimento Social, (BRASIL, 2009), disponibilizadas pelo CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente). Esse instrumento define, que em caso de confirmação da necessidade do afastamento da criança e ou do adolescente do seu ambiente familiar, por parte de autoridade competente, esses deverão ser atendidos em serviços com condições de oferecer os cuidados e as condições favoráveis a um desenvolvimento saudável. Dessa forma, tais serviços devem garantir a devida proteção da integridade física e psicológica desses indivíduos.

Nessa perspectiva, conforme tais Orientações Técnicas, o espaço que abrigará essas crianças e adolescentes para a oferta desse serviço precisa ter um aspecto similar ao de uma residência, apresentando estrutura semelhante à de um lar convencional. Ademais, deve estar inserido em uma área residencial e oferecer ambiente acolhedor e prazeroso, além de condições institucionais capazes de realizar um atendimento dentro dos padrões de dignidade. Assim, deverá ofertar

assistência personalizada, levando sempre em consideração pequenos grupos e favorecendo o convívio comunitário e familiar de todas as crianças e adolescentes atendidos na instituição.

Quanto aos aspectos físicos fica instituído que a localização deverá ser próxima a áreas residenciais, de modo a não distanciar da realidade e da origem dos internos. A respeito da fachada e dos aspectos gerais da construção, esses deverão ser semelhantes a uma residência, seguindo a estrutura arquitetônica das moradias do entorno. Além disso, é importante que não sejam instaladas placas de natureza institucional ou qualquer nomenclatura que remeta a aspectos negativos, capazes de estigmatizar os usuários. (BRASIL, 2009 p. 69)

O artigo 94 do ECA faz menção à necessidade de as instituições oferecerem atendimento personalizado, em pequenos grupos, preservando a identidade do interno como forma de oferecer um ambiente de respeito, de dignidade e integrador. As instituições devem estar em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança e oferecer atividades pedagógicas, culturais, esportivas, de lazer, escolarização e profissionalização. Diante desse fato, a arquitetura é uma ferramenta que pode ser usada para integrar pessoas, seja ela com a sua capacidade de promover um espaço integrador educacional e suas atividades, e/ou propiciar áreas estritamente que visam o lazer, o bem-estar, a promoção conjunta de oportunidades de encontros e as práticas que refletem e simbolizem cultura local, tradições e inovações ambientais. (BRASIL, 2014)

### **2.3. Referencial teórico**

No que se refere à estrutura física, o principal a se pensar está no referencial criativo a ser projetado. Tal premissa deve permitir variadas formas de educar, conforme o contexto socioeconômico, a evidência cultural e o histórico de vida do responsável, resultando em quatro padrões de controle sobre crianças e adolescentes, que são: autorizações vivenciadas, os poderes autoritários, permissivos e negligentes (BALLONE, 2003; BOWLBY, 1984).

Quanto ao espaço de acolhimento devem ser observados algumas situações. Segundo Damico (2011, p.140), todas as práticas envolvidas, sejam elas educativas, esportivas ou pedagógicas devem visar a recuperação da criança, sobretudo, em relação à sua afetividade e ao jovem, seu sentimento de pertencimento social.

Sendo assim, essas ações são consideradas políticas de segurança pública, pois trabalham no sentido de evitar a violência intrafamiliar e a continuidade ou a reincidência do cometimento de crimes por adolescentes.

Diante disso, entende-se que uma estrutura física adequada ao atendimento de criança e de jovens tem sua força na estrutura provisória, já que o período de permanência dos internos é determinado judicialmente. Além disso, tal organização estrutural deverá levar em consideração a manutenção da segurança da unidade, resguardando a interação entre a instituição e os internos, conforme as determinações do ECA.

Sabe-se, no entanto, que mesmo num ambiente considerado propício ao desenvolvimento de vínculos afetivos, a negligência pode ocorrer. Nesses estabelecimentos, às necessidades básicas como alimentação, moradia, higiene e cuidados com a saúde e as necessidades afetivas das crianças e dos adolescentes são, na maioria das vezes, atendidos ou se aproximam muito do necessário determinado por lei.

Por conta disso, de acordo com Guirado (1986),

Pensar a instituição como um conjunto de práticas ou de relações sociais que se repetem e se legitimam e não como um estabelecimento, é, sem dúvida, o primeiro passo para se afirmar que a entrada na instituição – a internação – não significa apenas mudança de espaço e de ambiente físico, mas, principalmente, uma alteração possível nas pautas de relação. (GUIRADO, 1986, p. 40)

Nessa conjuntura, é também de responsabilidade do planejamento arquitetônico a promoção da assistência social como forma de torná-la interativa e mais humana. Dessa forma, serão maiores as chances de recuperação afetiva, para favorecer o desenvolvimento pessoal de jovens e de crianças, para que um maior bem-estar pessoal e uma verdadeira qualidade de vida sejam gerados. (GUIRADO;1986).

Segundo PIZZATO (2016, p.9):

A Arquitetura por si só talvez não tenha a capacidade de curar pessoas, assim como talvez a Arquitetura não tenha conseguido moldar um novo homem, como imaginava Le Corbusier nos primórdios da Arquitetura Moderna. No entanto, certamente as características que os arquitetos e urbanistas imprimem aos espaços e as conexões entre estes muito

contribuem para o sucesso de algumas atividades ali desenvolvidas, como a socioeducação. (PIZZATO, 2016, p.9)

Diante disso, o projeto arquitetônico deverá ser uma via que evidencia um instrumento afetivo de valores, de ideologias diversas e de visões de mundo de forma plural. Ademais, precisará considerar que a situação de habitabilidade da edificação deve ser bem mais ampla, que o funcionamento de um sistema socioeducativo ou educacional.

Logo, é fundamental que se evidencie as necessidades que essas crianças e esses jovens têm, em relação a seu desenvolvimento pessoal, cognitivo, profissional e afetivo, dentro destes espaços como forma de amparo, recuperação e inserção familiar e social futura. (PIZZATO, 2016).

Em outras palavras, ao se conceber um projeto, é provável e possível perceber que a estrutura afeta ou até condiciona o funcionamento da instituição. Assim, durante o processo de amparo ou internação se faz necessário compreender as relações vivenciadas entre os internos, sejam eles crianças sem afeto familiar, ou adolescentes reclusos por determinação da lei. Nesse sentido, o espaço construído, no que abrange a arquitetura, deve observar como a influência ambiental interfere no comportamento do indivíduo no ambiente.

Para Pizzato (2016), é necessário, portanto, perceber de que forma a criança e o jovem se identificam, ou não, com o ambiente que vivenciarão durante seu período de amparo e internação. Dessa maneira, a interação desses indivíduos com os diversos locais internos, proporcionam relações de poder, momentos de lazer, de revolta e de sofrimento advindos da estrutura familiar.

Assim, o trabalho da arquitetura deve ser o de ajudar esses acolhidos a se sentirem menos infelizes. Desse modo, através da requalificação do ambiente, será possível minimizar o sofrimento e as perdas afetivas, atendendo os anseios afetivos desse público.

Para isso, é preciso trabalhar a polarização dos novos conceitos, mudar e produzir espaços para uma sociedade de interesse social mais justa e igualitária, realizando uma inclusão de modo completo. Assim, considera-se que arquitetos devem ir além do desenho e se envolver mais com o lado pessoal e humano de seus projetos. Dessa forma, precisam apresentar propostas que contribuam cada

vez mais com uma melhoria social, através de novas ideias e de tipologias, quebrando o raciocínio “tradicional”. (PIZZATO, 2016).

Portanto, a forma como as lógicas da coerção e da socialização são associadas (ou não), diz muito do modelo construído para determinada instituição, basta por isso o desenvolvimento de um modelo macro da política de atendimento afetivo e serviço social a que se destina. (PIZZATO, 2016). Tem-se nesse princípio a afetividade que uma instituição deve-se permear para atender a sociedade.

#### **2.4. Referencial Projetual**

Diante das discussões apresentadas até o momento, é crucial que se busque mais fontes que possam permitir a elaboração do projeto. Por isso, faz-se necessário apresentar um referencial que contemple uma visão sobre obras no seguimento específico de casas lares, abrigos ou espaços de acolhimento. Para tanto, utilizou-se o seguinte estudo de caso:

**Figura 05: Estudo de caso – Casa de acolhimento para menores/CEBRA**



Fonte: ArchDaily - Casa de acolhimento para menores/CEBRA

**Figura 06: Estudo de caso – Casa de acolhimento para menores/CEBRA**



Fonte: ArchDaily - Casa de acolhimento para menores/CEBRA

**Tabela 01: Ficha Técnica - Casa de Acolhimento para Menores/CEBRA**

Nome do projeto	Casa de acolhimento para menores – DINAMARCA
Tipo de projeto	Abrigo de permanência
Arquiteto	CEBRA
Localização	Standards Alle, 5300 Kerteminde, Dinamarca
Área / Ano do projeto	1500 m <sup>2</sup> - 2014
Equipe projeto	Troldtekt

Fonte: Casa de acolhimento para menores/CEBRA

Pelo estudo de caso observa-se que os ambientes são bem pensados e estruturados, embora as plantas não tenham sido disponibilizadas, diferente do que acontece no abrigo visitado, onde a casa é adaptada na medida do possível para tentar atender as necessidades das crianças, dos adolescentes e dos funcionários. Além disso, deve-se observar que as áreas administrativas são próximas dos internos, os grupos são divididos por idade e, principalmente há a flexibilidade da organização no interior da casa. Compreende-se, portanto, que esses são sem dúvida pontos muito fortes do projeto.

Observa-se ainda, que é bastante interessante a ideia de que os ambientes podem ser transformados em outros. Nessa perspectiva, vale pontuar que os abrigados tendem a passar pequenos períodos no serviço de acolhimento, uma vez que entram para a intuição com prazo determinado de permanência. Além disso, as

necessidades das próximas crianças e adolescentes que utilizarão o serviço, nem sempre são as mesmas. Por isso, é preciso pensar em um ambiente que possibilite transformações a cada período, ou que adapte às exigências da lei, ou a necessidade dos acolhidos.

## **2.5. Método de Pesquisa**

A metodologia de pesquisa, apresentada a seguir, baseou-se nas informações e nos dados qualitativos obtidos em contato com a instituição, tendo em vista o objetivo geral do trabalho.

### **2.5.1 Delineamento da pesquisa**

Quanto ao trabalho de pesquisa, esse será realizado a partir do desenvolvimento de estudos relevantes utilizando-se do referencial teórico, baseado em livros, artigos científicos, monografias entre outros materiais aplicados ao estudo de caso sem a pretensão de esgotar tal discussão.

De acordo com Gil (2008), uma investigação tem a finalidade de desenvolver, esclarecer e modificar conceitos, envolvendo levantamentos bibliográficos, entrevistas não padronizadas e estudos de caso. Para o autor, essa análise formula respostas para o problema da pesquisa, já sua interpretação relaciona o assunto estudado com os dados apurados.

A partir da coleta, os dados serão analisados e identificados para a devida apuração das informações. Desse modo, esses meios facilitarão a criação da nova estrutura da unidade de acolhimento. Além disso, eles nortearão os rumos das futuras mudanças nas estruturas que farão parte da construção do objeto de estudo que é o de “promover uma nova estrutura para a Unidade de Acolhimento da Fundação Crê-ser de João Monlevade em Minas Gerais”.

Essas modificações estruturais deverão ser capazes de incentivar as relações sociais de acolhimento, e acomodar as necessidades individuais das crianças, atendendo também as demandas da instituição. Por fim, será apresentado um estudo que servirá de fundamentação para a elaboração de uma proposta propícia, a ser apresentada a instituição de acolhimento, com as devidas percepções e aplicações.

### **2.5.2. Delimitação da pesquisa**

A visita na unidade foi realizada no dia 28 de maio de 2021, no período da tarde com o objetivo de conhecer um pouco do contexto e a vivência das crianças. Foram feitos os acompanhamentos de visita técnica e o levantamento de dados, por meio de entrevista com a funcionária responsável, a Psicóloga Maria José Assis.

A profissional respondeu aos questionamentos apresentados e acrescentou algumas experiências e conhecimentos sobre a unidade de acolhimento. Esses conteúdos contribuíram para o entendimento da situação vivenciada pelos moradores e trabalhadores da unidade, além elucidar alguns pontos acerca do funcionamento da instituição.

### **2.5.3. Plano de coleta de dados**

Buscou-se informações com a finalidade de propor um novo projeto a ser implementado na instituição acolhedora. Tal proposta poderá alavancar a viabilidade de uma nova estrutura para a unidade de acolhimento, uma vez que ficou evidente a necessidade de alterações no ambiente.

Isso se deu através da aplicação e da análise dos dados coletados. Além disso, as informações foram avaliadas, permitindo estruturar um diagnóstico de todo o processo de criação do projeto futuro, com a finalidade de atender o objetivo desse trabalho, que é propor um novo projeto que contemple espaços amplos, funcionais, assistenciais e acolhedores para unidade acolhedora Crê- Ser.

### **2.5.4. Plano de análise de dados**

Os dados serão mensurados e, posteriormente, descritos de forma textual na análise e na discussão dos dados obtidos de forma que se encontrem as devidas soluções para as indagações que norteiam a pesquisa.

### **2.5.5. Análise dos resultados**

No que diz respeito à análise dos dados foi utilizada a técnica de pesquisa qualitativa, baseada na observação das necessidades da unidade de acolhimento, e na aplicação de entrevista, acerca das necessidades do quadro funcional de internos. Dessa forma, tal método, foi utilizado visto que, essas formas de pesquisar

são capazes de aprofundar na complexidade do ambiente, de maneira que permitiu obter de forma clara a mensuração de dados para uso no projeto.

Nesse contexto, é importante ressaltar que a análise dos resultados, é fundamental para o atendimento da capacidade, conforme previsto na Resolução 01/2010. Tal normativa prevê atendimento de no máximo 20 internos em caráter provisório. Dessa forma, a instituição apresenta dificuldades, sobretudo, no período da Pandemia do Covid 19, sobretudo, em razão da ausência do espaço necessário para a manutenção do distanciamento entre internos e colaboradores.

Nesse sentido, existe apenas uma suíte externa para manter um adolescente em quarentena por vez. Dessa forma, caso o Poder Público necessite enviar um menino e uma menina em um curto espaço de tempo, torna-se impossível o atendimento. Quanto ao complexo atual, há de se destacar os principais aspectos infraestruturais que merecem ser revistos com urgência. São espaços deslocados e que dificultam trânsito e fluxo de pessoas. Como observado na figura 07, a seguir:

**Figura 07: Vista módulos da Fundação Crê-Ser - João Monlevade/MG**



Fonte: Visita Técnica do Projeto (2021) – Elaborada pelo autor

Além disso, outro aspecto a ser analisado é a falta de manutenção da área externa para recreação, o que impede sua real utilização. Ademais, a área de convivência não atende às demandas da instituição, dado que não apresenta um espaço apropriado para leitura e TV, não dispõe de acessibilidade e o local é isolado, devido à adaptação de construção pré-existente.

Acerca dessa área, é imperioso salientar que não foram permitidos os registros por meio de fotos, no espaço que compreende o interior da unidade, em virtude das normas de segurança e de privacidade determinadas pelos coordenadores da instituição acolhedora. Apesar disso, durante a visita e a entrevista pode-se perceber falhas estruturais capazes de dificultar a locomoção do deficiente.

### 2.5.6. Considerações para Conceito e/ou Partido Projetual

O conceito do projeto proposto consiste em oferecer uma nova estrutura física, um novo abrigo ou um espaço físico que seja acolhedor, garanta integridade física, segurança, integração social e preparação para o retorno à sociedade. Além disso, primou por atender as necessidades básicas dos internos, fomentando a reintegração junto à família de forma menos traumática.

Através dos conhecimentos adquiridos no referencial teórico, dos relatos dos funcionários, das visitas técnicas, das pesquisas e das análises de relatos de outros profissionais, acerca de obras já existentes, foram criadas diretrizes projetuais para nortear o desenvolvimento da forma arquitetônica desse projeto.

Nesse sentido, propõem-se o uso luz natural capaz de estimular o aconchego; cores neutras; ventilação cruzada; uso de formas retilíneas para sensação de casa padrão; pavimento intertravado para pisos externos e calçadas; área de saúde e espaço multiuso para cursos e palestras. Para tanto, criou-se o seguinte quadro:

**Tabela 02: Quadro Programa de Necessidade para Fundação Crê-Ser - João Monlevade/MG**

SETOR	QUANT.	AMBIENTE	ATIVIDADE	MOBILIÁRIO	ÁREA MÍNIMA (M <sup>2</sup> )
Social	1	Sala de Televisão	Convivência/ recreação	TV e sofá	22 m <sup>2</sup>
	1	Sala de Estudos	Estudo / pesquisa	Cadeiras, mesa e computador	6 m <sup>2</sup>
	1	Sala Multiuso	Cursos e Palestras	Cadeiras e multimídias	60 m <sup>2</sup>
	1	Pátio	Convivência e recreação	Bancos	100 m <sup>2</sup>
	1	Parquinho	Convivência/ recreação	Brinquedos e bancos	100 m <sup>2</sup>
	1	Refeitório	Alimentação	Mesas e cadeiras	50 m <sup>2</sup>
	1	Cozinha	Preparo de alimentos	Bancadas fogão, piais armários	20 m <sup>2</sup>

<b>Serviços</b>	1	Lavanderia	Lavagem de roupa	Maquinas de lavar	20 m <sup>2</sup>
	1	Despensa	Armário de alimentos	Armário	30% da área da cozinha
	1	Garagem/Deposito	Espaço p/carros.	-	Cada vaga 2,4x5 m <sup>2</sup>
<b>ADM</b>	1	Recepção Geral	Func. Atendimento público	Mesas Cadeiras	10 m <sup>2</sup> p/ 2 pessoas
	1	Sala de Espera	Espaço p/interação nas visitas	Cadeiras e bebedouro	1,30 m <sup>2</sup> por pessoa
<b>Intimo</b>	1	Sala da Coordenação	Espaço p/adm	Mesas cadeiras	4 m <sup>2</sup> p/pessoa
	1	Sala dos Técnicos	Vestiário funcionários	Armário, banco sanit	4, m <sup>2</sup> p/pessoa
	2	Vestiário com Banheiro	Espaço p/repouso	Camas e armário	1,30 m <sup>2</sup> p/ pessoa
	8	Dormitório Acolhimentos	Espaço p/repouso	Camas e armário	2,25 m <sup>2</sup> p/ pessoa
	2	Dormitório Cuidadora	Espaço pra repouso	Cama e armário	5 m <sup>2</sup>
	1	Banheiro	1 masculino 1 feminino	Bacias, vasos	1 p cada sexo 6 m <sup>2</sup> , 1 bacia sanitária lavatório e 1 chuveiro

Fonte: Programa das necessidades e implementações (2021) – Elaborada pelo autor.

Diante disso, e, perante a análise dos dados, é de fundamental importância que devido à perspectiva de se obter um novo projeto para a unidade, se encontre respostas e até mesmo outros fundamentos para futuros planejamentos. Nesse sentido, entende-se que em um ambiente amplo, pode ocorrer flexibilização, tanto no seu uso de acordo com a necessidade de cada período, quanto nas modificações amparadas pelas leis e decretos.

### 3. CONCLUSÃO

A pesquisa para a criação de um projeto de uma nova unidade de acolhimento contribuiu para a ampliação do conhecimento e das questões necessárias, a fim de elucidar dúvidas e incluir novos processos de desenvolvimento e de planejamentos relacionados ao tema pesquisado. Para tanto, utilizou-se da investigação “in loco”, de entrevista, por meio da coleta de dados e do descritivo de ações.

O principal fator de motivação para essa pesquisa e desenvolvimento está na futura aplicação desse projeto na Unidade de acolhimento. Observou-se, nesse

sentido, o planejamento de novas tendências da arquitetura para a qualidade de vida institucional e conseqüentemente a efetivação diante da perspectiva e solicitação das necessidades e desejos dos usuários do espaço local.

O estudo em questão contribuirá para a ampliação do conhecimento existente e ainda, para que se efetive novos rumos para a criação de novos pensamentos arquitetônicos. Para tanto os recursos disponíveis a serem potencializados são os processos que evidenciam com amplitude todo complexo controlado pelas determinações do ECA, que exige uma visão profunda de todo funcionamento.

Dessa forma, há uma mística em torno de a expressão criar um projeto. Essa colocação tem tido uma forte conotação de propaganda, talvez pelo fato das empresas e instituições que o utilizam, estarem constantemente divulgando suas mudanças e necessidades. Criar e projetar são, sem dúvida, uma das ferramentas mais importantes se vier acompanhada de muita pesquisa e muita observação, junto ao local a ser transformado, o qual abrigará o complexo arquitetônico. Entretanto, a arquitetura passa a ser bem mais que somente criar e inovar, ela deve abordar outras ferramentas muito menos visíveis, como o estudo e a criação, ou seja, o afetivo somado às necessidades de diferentes áreas, a criação para um, não será o mesmo método aplicável para outro. Por isso, é preciso investigar, propor e implementar de forma responsável aos usuários ou clientes.

Infere-se, dessa forma, que para todo projeto é preciso mergulhar nas necessidades para que surja o equilíbrio entre investimento, aplicação e benefícios. Para isso é preciso identificar as demandas reais do cliente, buscando explorar uma oportunidade criativa ao negócio, surgida a partir delas.

Portanto, a satisfação para o arquiteto está na perspectiva de novos entendimentos, novas formas de ver o mundo fora do contexto financeiro e uma única tendência. A cada criação, abrem-se portas para novas possibilidades e novos encontros entre o poder criativo e a forma de resolver necessidades usuais da clientela cada vez mais afetiva e efetiva.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

**BRASIL Estatuto da Criança e do Adolescente.** 4ª Edição Fevereiro/2014. Disponível em < [https://www.tjsc.jus.br/documents/52800/59623/eca\\_miolo\\_2014\\_arquivo\\_digital.pdf/981776d-7-98c1-4497-b568-a6edc59ee51d](https://www.tjsc.jus.br/documents/52800/59623/eca_miolo_2014_arquivo_digital.pdf/981776d-7-98c1-4497-b568-a6edc59ee51d)> Acessado em 8 de fev. 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
[http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia\\_social/PETI/Diagnostico\\_Brasil/MG/3136207\\_MG\\_Joao\\_Monlevade.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/PETI/Diagnostico_Brasil/MG/3136207_MG_Joao_Monlevade.pdf)

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Brasília, DF: 2009b. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas>>. Acesso em: 22 maio. 2021.

BRASIL. Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009. Brasília, DF: Presidência da República. (2009a). Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 29 fev. 2021.

BRASIL **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 4ª Edição Fevereiro/2014. Disponível em < [https://www.tjsc.jus.br/documents/52800/59623/eca\\_miolo\\_2014\\_arquivo\\_digital.pdf/981776d-7-98c1-4497-b568-a6edc59ee51d](https://www.tjsc.jus.br/documents/52800/59623/eca_miolo_2014_arquivo_digital.pdf/981776d-7-98c1-4497-b568-a6edc59ee51d)> Acessado em 8 de fev. 2021.

BOWLBY, John. **Apego e perda**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 3 v. 1984.

CEBR- **Casa de acolhimento para menores** <[http://www.archdaily.com.br/br/760562/casa-de-acolhimento-para-menores-cebra/5470e21ee58eced61f00008b-childrens\\_home\\_041\\_photographer\\_mikkel\\_frost-jpg?next\\_project=no](http://www.archdaily.com.br/br/760562/casa-de-acolhimento-para-menores-cebra/5470e21ee58eced61f00008b-childrens_home_041_photographer_mikkel_frost-jpg?next_project=no)> Acesso em 27 maio 2021

DAMICO, José Geraldo Soares; **Juventudes Governadas: Dispositivos de Segurança e Participação no Guajuviras (Canoas/RS) em Grigny Centre (França)**. Porto Alegre, 2011.

GIL, Antônio. Carlos. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200 p.

GUIRADO, Marlene. **Instituição e relações afetivas**. São Paulo: Summus Editora, 1986.

ROCHA, Jaqueline Tavares; MOREIRA, Andrea Auad. **CENTRO DE BEM-ESTAR INFANTOJUVENIL: arquitetura como instrumento que favoreça o desenvolvimento integral dos indivíduos**. Revista Episteme Transversalis, Volta Redonda, v. 8, n. 1, p. 79-101, jun. 2017. Disponível em: < <http://revista.ugb.edu.br/ojs302/index.php/episteme/article/view/829> >. Acesso em 23 maio. 2021

PIZZATO, Charles. **Arquitetura socioeducativa: O espaço ressocializando pessoas, curando a sociedade**. Porto Alegre: Corag/CAU-RS, 2016.

## Anexo 1

### ENTREVISTA NA UNIDADE ACOLHEDORA DE JOÃO MONLEVADE

#### Assiste Social e Psicólogo

Nome: Raiza Naghay Marcelle Gonzaga

Data da Posse: 01/02/2018

Profissão: Assistente Social

Nome: Maria José Assis Leite

Data da Posse: 10/02/2020

Profissão: Psicóloga

- 1- Vocês trabalham com doação? Quais?
- 2- Quantas crianças vocês atendem, e quantas moram hoje no local?
- 3- Quanto tempo às crianças pode mora no local?
- 4- Como é a chegada de uma criança?
- 5- Como é o dia a dia das crianças?
- 6- No caso de atendimento médico como funciona?
- 7- Pais podem visitar o filho no lar?
- 8- Como funciona quando os pais abandonam uma criança com alguma deficiência?
- 9- Quais as atividades desenvolvidas na unidade? Desenvolvidas por quem?
- 10- Todos os funcionários são especializados para atender as necessidades de cada criança?
- 11- Quais são as regras para as visitas?
- 12- Com esse cenário trágico pandêmico, vocês têm um espaço próprio para receber novas crianças?
- 13- Vocês como funcionários o que acha que precisaria muda no espaço? Cite 3 exemplos?
- 14- Hoje em dia esse número de criança é menor por conta da infraestrutura?
- 15- Em relação os espaços físicos, você acha que a unidade atende todas as necessidades estabelecidas pelo ECA?
- 16- No geral, a casa e a cozinha atendem à demanda e necessidades, é um local acessível?

## **ENTREVISTA**

### **Criança e Adolescente da Unidade**

- 17- Há quanto tempo está na Unidade?
- 18- O que você considera relevante no ambiente onde mora?
- 19- Quais são as problemáticas que gostaria que fossem solucionadas? Justifique.
- 20- Quais são os deveres do lar?
- 21- O que vocês acham que falta no ambiente para torná-lo mais acolhedor?
- 22- Gosta da unidade que mora? Justifique.
- 23- O que mais gosta de fazer na unidade?
- 24- Descreva ou desenhe como você gostaria que fosse a unidade?
- 25- Na sua opinião qual ambiente não poderia faltar na unidade?